



escola de **gestores**  
da educação básica

**O REGIMENTO ESCOLAR COMO  
UM INSTRUMENTO IMPORTANTE  
NA EFETIVAÇÃO DO PPP**

**Belo Horizonte**

**2011**

**MARCIANO PACHECO VIANA**

**O REGIMENTO ESCOLAR COMO  
UM INSTRUMENTO IMPORTANTE  
NA EFETIVAÇÃO DO PPP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Mirian Queiroz S. Daniel

**Belo Horizonte**

**2011**

**MARCIANO PACHECO VIANA**

**O REGIMENTO ESCOLAR COMO  
UM INSTRUMENTO IMPORTANTE  
NA EFETIVAÇÃO DO PPP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Mirian Queiroz de Souza Daniel (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2011

Dedico esse trabalho à memória de meu pai Moacir Viana,  
e a minha mãe Maria da Conceição Pacheco  
ambos analfabetos, mas por saberem ler o mundo e a vida,  
sempre me ensinaram e ensinam buscar a sabedoria.

Agradecimentos, sempre a Deus em primeiro lugar, aos colegas de trabalho, que muito ajudaram ao se disponibilizarem em responder o questionário, aos estudantes que com carinho também participaram e com especial atenção à professora Mirian que muito me ajudou.

“Só é útil o conhecimento  
que nos torna melhores.”

Sócrates

## RESUMO

Esse artigo tem por finalidade refletir sobre a importância do Regimento Escolar (RE) como instrumento essencial no cotidiano escolar e como ele articula com o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Para isso, apresentamos a estrutura organizacional e administrativa do Regimento vigente da Rede Municipal de Contagem e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Machado de Assis. Esclareço alguns conceitos pertinentes ao tema. Apresento os dados da pesquisa junto à comunidade escolar e na conclusão identifico que a grande maioria da comunidade escolar reconhece a existência do Regimento Escolar e do PPP mas não sabem como eles foram construídos e nem tiveram a oportunidade de aprofundar em sua leitura.

Palavras chaves: regimento escolar, organização da escola, disciplina e Projeto Político Pedagógico.

## **SUMÁRIO**

1-INTRODUÇÃO	9
2-ESTRUTURA ESCOLAR	10
3-AUTONOMIA ESCOLAR	10
4-PRINCIPAIS PROBLEMAS	12
5- O REGIMENTO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	13
TRABALHOS RELACIONADOS	15
PESQUISA DE CAMPO	16
ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21



## 1.INTRODUÇÃO

Este artigo estuda o Regimento Escolar e sua relação com o Projeto Político Pedagógico (PPP). O trabalho foi realizado em uma escola da Rede Municipal de Contagem. Os instrumentos utilizados nesse estudo foram questionários aplicados aos alunos, professores e funcionários, com o objetivo de buscar conhecer o grau de conhecimento e de importância do Regimento Escolar para as suas atividades do dia a dia.

Entende-se por Regimento Escolar um conjunto de normas que orientam a escola no que diz respeito à sua organização e ao seu funcionamento. Este estudo torna-se relevante à medida em que este documento tem como finalidade traduzir o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

O Regimento Escolar é o instrumento que regulamenta as diretrizes orientadoras para os docentes, discentes e funcionários da escola e tudo que diz respeito à ação escolar nele deve ser previsto. Portanto, sua construção deve ser amplamente coletiva e participativa, representando o consenso de todas as forças vivas da escola. Nele, devem constar a organização dos cursos, o registro das avaliações, disciplina, funções e atribuições dos diferentes setores da escola e outros assuntos de interesse da comunidade escolar. Assim como o Projeto Político Pedagógico traz em si a concepção de plano, de planejamento, incluindo a dimensão política, o que reafirma o ato de educar como um ato político, e a dimensão pedagógica, que representa todo o “saber-fazer do processo de ensino-aprendizagem”(CURY:2009:41)

Diante a singularidade de cada escola o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar não devem ser padronizados para assim atenderem às particularidades de cada contexto escolar.

## **2. ESTRUTURA ESCOLAR**

A construção do Regimento Escolar é uma atribuição específica de cada instituição de ensino. Porém, na rede municipal de Contagem-MG, esse documento é unificado e define a organização de todas as escolas.

Art.11 – A escola municipal tem a seguinte estrutura organizacional, na qual todas as ações serão direcionadas para o Corpo Docente (CONTAGEM, 2000, p. 3).

Em conformidade com o Regimento Escolar da Rede Municipal de Contagem, a organização e a estrutura escolar ficam padronizadas nos seguintes tópicos:

- I – Diretoria;
  - II – Serviço Integrado de Coordenação Pedagógica;
  - III – Serviços Auxiliares da Administração;
  - IV – Serviço de Assistência ao Educando;
  - V – Serviço de Apoio Pedagógico;
  - VI – Órgãos Suplementares de Apoio Administrativo/pedagógico;
  - VII – Corpo Docente;
- (Contagem, 2000, p. 3-4).

## **3. AUTONOMIA ESCOLAR**

Muito se debate, hoje em dia, a autonomia da escola e a gestão democrática, em busca de um melhor modelo de gestão educacional. A busca por um sistema de gestão democrática como princípio de uma educação participativa possibilita a construção de espaços de diálogos entre escola e comunidade escolar, afim de obter um projeto de qualidade. Porém não existe nenhum modelo satisfatório e pronto. Entretanto aponta-se que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar devem ser os norteadores dos trabalhos pedagógicos, mas, antes, sua construção deverá ser centrada nos apelos da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, Wittmann (2000) aponta:

(...) Os avanços, no pensar e fazer da educação vêm demonstrando que todos podem aprender e que a construção de um processo educativo de qualidade para todos implica a construção co-responsável e compartilhada do projeto político-pedagógico, no âmbito da escola. Isto implica a autonomia da escola e sua gestão democrática. Novas competências e aptidões cognitivo-atitudinais são necessários, para que os educadores e, em especial os gestores cumpram sua função nesta nova realidade sócioeducativa.(WITTMAN, 2000)

Dessa forma, o currículo, os projetos, a disciplina, a organização dentre outros, devem ser pensados de maneira a atender as diversidades da comunidade local e seu entorno. Sendo assim, a gestão deixa de ser conservadora passando a democrática e participativa e com os conselhos escolares fortalecidos, a responsabilidade com os resultados é dividida.

A escola deve visar à formação do cidadão ativo, consciente e autônomo. Além disso, deve se preocupar com o papel afetivo e social, capacitando o educando para administrar conflitos e conviver com a diversidade.

Vale lembrar a importância de priorizar o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas incentivando-o a construir seu próprio saber por meio de pesquisas, escolhas adequadas, seleção de informações, com criatividade e participação. Assim, ele estará preparado para o mercado de trabalho e poderá contribuir, com sua presença efetiva, como transformador da sociedade.

Para isso, além de organizar o ambiente escolar, o gestor deve mobilizar todas as forças vivas da sociedade, não trabalhar isoladamente, estabelecer parcerias em busca de soluções para os problemas comuns, tendo coragem de modificar o que for necessário.

Novas bases estruturais serão importantes pilares de sustentação da nova Escola que deverá se destacar por uma administração descentralizada, substituindo a hierarquia vertical pela horizontalidade. Os papéis e atribuições devem ser bem definidos, a partir de uma autonomia legitimada pelo grupo. É importante salientar o compromisso, a responsabilidade e o respeito para que sejam alcançados bons resultados.

#### 4. PRINCIPAIS PROBLEMAS

Atualmente, observa-se que garantir o cumprimento da lei, das normas referentes à organização didática, administrativa e, sobretudo disciplinar da escola é um grande desafio para os gestores escolares.

A concepção educacional mudou. A velocidade na comunicação é extraordinária. Os jovens não se interessam por aulas ministradas tradicionalmente. É preciso tornar a organização escolar mais eficiente para atender essa demanda desestimulada pelos arcaicos projetos pedagógicos.

A maneira como a escola está organizada constitui um dos entraves da gerência escolar. Nesse panorama, destacam-se: excesso de alunos na sala de aula e por professor; ingerência das diversidades; falta de apoio e de capital humano qualificado para outras funções, além de professor; estrutura física, muitas vezes, inadequada e improvisada, e, sobretudo, a indisciplina.

A Conferência Nacional de Educação – CONAE realizada em 2010 possibilitou a discussão e análise de vários aspectos relacionados a educação brasileira. Dentre os temas abordados a valorização do profissional da educação foi reiterada. Nesse sentido, ficou estabelecido em seu “Eixo IV – Formação e valorização dos/das profissionais da educação o número máximo de aluno por turma e por professor a saber: “(...) no ensino fundamental: nos anos iniciais, 25 alunos/as por professor/a; nos anos finais, 30 alunos/as por professor/a;” (CONAE, 2010).

Difícilmente essa exigência é seguida pelas instituições públicas. Os governos municipais ainda não adequaram os prédios para atender à nova orientação. Ainda nesse contexto, os docentes contam com estudantes portadores de Necessidades Especiais, na mesma turma, sem o apoio de um profissional a mais para atender além dos 30, 31 já existentes. Por essa razão, o professor tem dificuldade de ministrar seu conteúdo, pois os estudantes nessa faixa etária ainda necessitam de atenção individual. A indisciplina na sala de aula torna-se, então, um desafio. Além disso, nas escolas municipais, há excessiva demora para substituir um cargo vago, o que é lamentável. Por exemplo, se o disciplinário, que é um profissional de importância ímpar no cotidiano escolar, se exonerar do cargo, a secretaria levará semanas ou até meses para substituí-lo, aumentando os problemas diários da escola.

A acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência – Lei nº 10.098/1994 expressa na LDBEN – Lei 9.394/1996 também não é atendida, na maioria das vezes, tornando os ambientes escolares inadequados e improvisados. Esses fatos comprometem o bom andamento de todas as atividades escolares, e embora a

Secretaria Municipal de Educação e a sociedade tenham conhecimento disso, eles se repetem sempre.

A indisciplina na sala de aula e na escola constitui um dos grandes problemas para todos os gestores, professores, disciplinários e coordenação pedagógica.

O vocabulário indisciplina geralmente é empregado para designar todo e qualquer comportamento contrário às regras, normas e leis estabelecidas por uma organização. No caso da escola, significa que cada vez que os alunos desrespeitarem ou descumprirem uma norma disposta no regimento escolar serão considerados indisciplinados, sejam as regras impostas ou elaboradas democraticamente. (PETRIS e CARBELLO, 2008).

O Estatuto da Criança e dos Adolescentes – ECA – (Lei 8.069/1990– Cap. IV – Art, 53 a 59 – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Laser) expõe em seus objetivos, os direitos dos educandos, as obrigações do Estado, dos pais e dos gestores das unidades escolares de ensino, porém, não há nenhuma referência sobre as questões disciplinares envolvendo os estudantes.

O estatuto apenas procurou tornar exequível a norma constitucional quanto ao direito à educação deixando para os gestores da educação, a tarefa de encaminhar e elaborar os seus próprios procedimentos. (PETRIS e CARBELLO *apud* FERREIRA, 2007).

## **5. O REGIMENTO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR**

Nos últimos 20 anos, a sociedade mudou radicalmente. A concepção de família modificou-se bastante e essa mudança refletiu se imensamente na educação.

Embora os objetivos da escola sejam claros, tornaram-se ineficientes, segundo os teóricos da educação contemporânea. Por isso, a instituição escolar se viu obrigada a se (re)organizar e a refletir, em busca de práticas pedagógicas que contemplem aos jovens que clamam por direitos outorgados legalmente.

Por um lado, a escola, para atender a demanda atual, precisa dialogar democraticamente com seu coletivo e estabelecer critérios para essa reformulação. Esses critérios devem ser definidos pela comunidade escolar em consonância com a legislação vigente. O primeiro passo é a construção do Projeto Político Pedagógico e, em seguida, a materialização dele no Regimento Escolar.

Para elaborar tais documentos que expressem a filosofia e os objetivos da escola, faz-se necessário que toda a comunidade escolar tenha clareza a respeito de seu significado e de sua importância.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento legítimo de planejamento. Como sua construção deve ser coletiva, é pertinente que todos saibam claramente o significado dos termos: projeto, projeto político e projeto pedagógico. Conforme Picoli (2008):

O termo **projeto** indica plano, intento, e vem de projetar, que significa lançar-se, precipitar-se. Neste sentido, o projeto é redação preliminar das intenções da escola.

[...]

O termo **político** relaciona-se ao sentido de exercer a política, de cuidar do que é público, ter habilidade no trato das relações humanas, bem governar. A ação política promove a concentração de pessoas ao redor de idéias e ideais, é essencialmente democrática.

[...]

O termo **pedagógico**, por sua vez, refere-se à dimensão da efetivação da finalidade da educação, que é o ato de ensinar e de aprender.(PICOLI, 2008)

Os elementos que compõem o Projeto Político Pedagógico da escola em estudo são estruturados da seguinte maneira:

- previsão do número de turmas;
- histórico com a movimentação e rendimento dos estudantes;
- bases para construção curricular;
- habilidades mínimas a serem atingidas pelos estudantes;
- metas e ações a serem alcançadas,
- propostas de projetos e organização dos agrupamentos flexíveis,
- organização do tempo e espaços flexíveis;
- organização dos turnos;
- proposta de enturmação;
- proposta de avaliação;
- proposta de formação continuada;
- descrição do coletivo de educadores dentre outras informações.

Atualmente, o município de Contagem-MG apresenta um Regimento Único que foi elaborado em 19 de abril do ano 2000.

Constam, nesse documento, 7 títulos distribuídos em vinte e um capítulos:

- Título I (capítulos I, II, III) – Dos objetivos gerais e específicos da educação escolar;
- Título II (Capítulos I, II, III) – Da constituição da rede municipal de ensino;

- Título III (Capítulos I, II, III, IV) – Da estrutura organizacional;
- Título IV (Capítulos I, II, III, IV, V) – Da Organização didática;
- Título V (Capítulos I, II, III) – Da avaliação escolar e sua utilização didática;
- Título VI (Capítulos I, II, III) – Da organização disciplinar;
- Título VII – Das disposições gerais, transitórias e finais.

As discussões em torno do Regimento Escolar e do Projeto Pedagógico oferecerem oportunidade de compreender as propostas nele contidas, para que todos se tornem co-responsáveis por ele.

## **6. TRABALHOS RELACIONADOS**

Em “Papel do Regimento Escolar na organização e funcionamento da escola pública”, Watanabe (1999) apresenta uma análise sobre as relações entre a organização, o trabalho e os recursos financeiros envolvidos nos projetos da escola. Para ele, um conjunto de normas deve ser definido para que a organização não seja tolhida por atitudes isoladas que não combinem com as metas institucionais da escola.

Em “Regimento Escolar de Escolas Públicas: para além do registro de normas”, Wolf e Carvalho (2007) destacam a importância de se conhecer o Regimento Escolar e fazer dele um instrumento de orientação amplamente democrático e de uso contínuo de toda a comunidade escolar. Para isso, a autora busca conceituar regimento e estabelecer relações com diferentes concepções administrativas que emergiram durante longos anos. Esclarece que o regimento deve ser construído coletivamente, e deve refletir o Projeto Político Pedagógico e não ferir a legislação vigente. Segundo a autora, um número significativo de profissionais da educação, pais e alunos, desconhece o Regimento Escolar da instituição da qual fazem parte. Observa ainda que o regimento continua sendo um documento de pequeno acesso, ao qual se recorre somente em situações conflitantes no cotidiano escolar.

Em “Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico: espaços para a construção de uma escola pública democrática, Gomes e Bairos (2006) afirmou que desde a (Lei nº 9.394/96) é consenso entre os professores que a construção do

Projeto Político Pedagógico, de forma coletiva, é um importante instrumento para democratizar a escola e dele deve-se originar o Regimento Escolar.

A concretude desses documentos só será alcançada após descrição clara das diretrizes estabelecidas pelos diversos segmentos escolares. Sendo o Regimento Escolar a tradução do Projeto Político Pedagógico, nele devem constar os objetivos estabelecidos para cada etapa e modalidade de ensino oferecido, a organização dos cursos, o registro das avaliações, funções e atribuições dos diferentes setores da escola dentre outras questões que o coletivo julgar pertinente.

É o Regimento Escolar que definirá as diretrizes orientadoras para os docentes, discentes e funcionários da escola e tudo que diz respeito à vida escolar nele deve ser prevista. Portanto, sua construção deve ser amplamente coletiva e participativa.

## **7. PESQUISA DE CAMPO**

Para conhecermos o grau de importância que o Regimento Escolar tem realmente no ambiente escolar, usei uma pesquisa de campo, feita com os alunos, professores e funcionários de uma Escola Machado de Assis da Rede Municipal de Contagem.

Foi aplicado um questionário, para os alunos do 9º ano, funcionários e professores, com o objetivo de compreender se eles tinham conhecimento do Regimento Escolar, se sabiam de seu conteúdo na íntegra e se participaram do processo de sua elaboração.



Tabela 1

Resultado da pesquisa de campo sobre Regimento Escolar

(%)

Ord.	Perguntas	Alunos			Funcionários			Professores		
		S	N	Total	S	N	Total	S	N	Total
1	A sua Escola possui Regimento Escolar?	94,48	5,52	100	83,33	16,67	100	93,75	6,25	100
2	Você já leu o Regimento Escolar da sua escola?	19,63	80,37	100	33,33	66,67	100	25,00	75,00	100
3	Você leu integralmente o Regimento Escolar da sua escola?	4,29	95,71	100	16,67	83,33	100	6,25	93,75	100
4	Você sabe como foi construído o Regimento Escolar da sua escola?	4,29	95,71	100	16,67	83,33	100	12,50	87,50	100

Fonte: Questionários 2011 - Elaborado pela equipe pedagógica da escola.

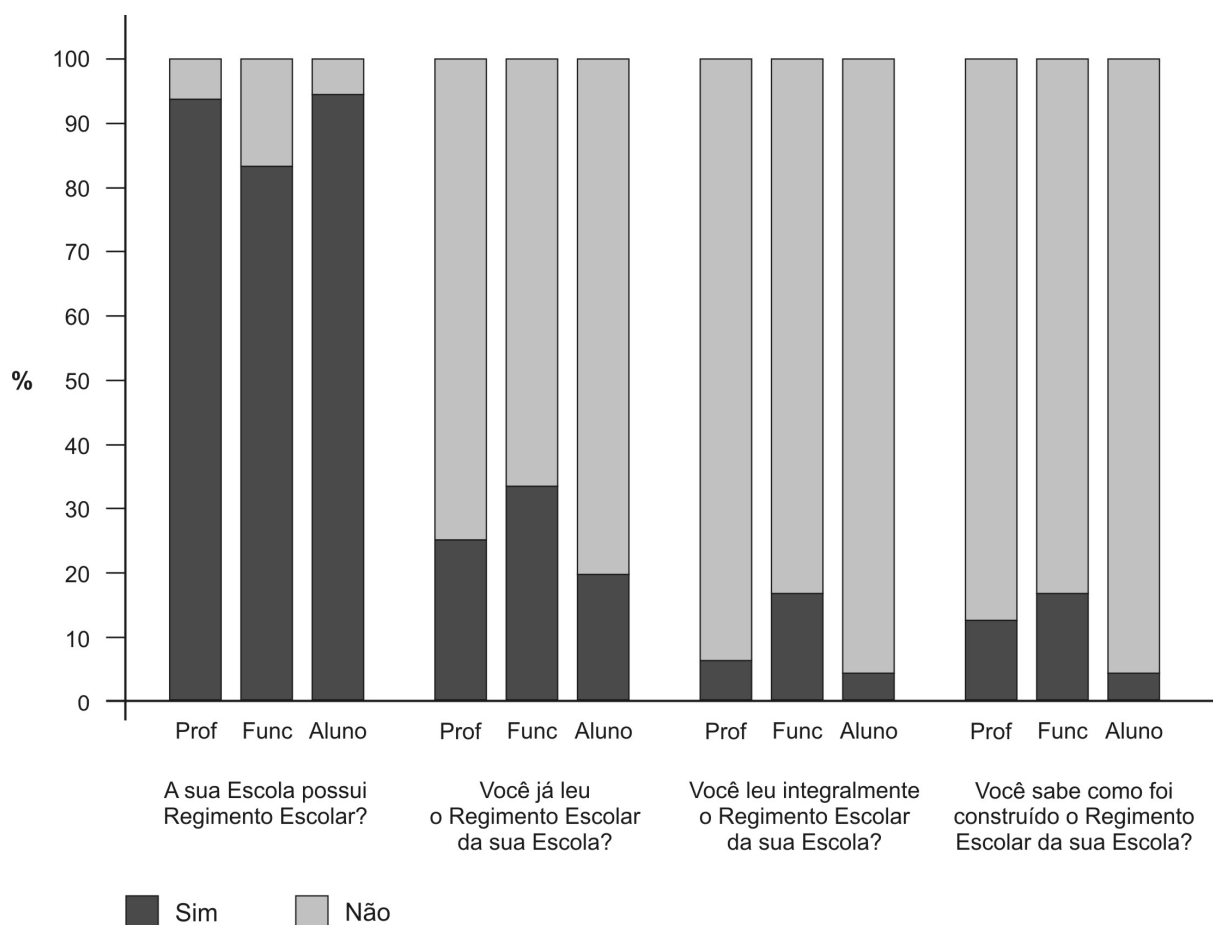


Gráfico 1: Consulta sobre o Regimento Escolar

Fonte: Questionários 2011 - Elaborado pela equipe pedagógica da escola.

## 8. ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Com a colaboração de professores, funcionários e estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, foi possível verificar que 93,75% do corpo docente, 83,33% dos funcionários e 94,48% do corpo discente afirmaram saber da existência do Regimento Escolar.

Quando questionados sobre a leitura do regimento temos os seguintes dados: 25% dos professores, 33,33% dos funcionários e 19,63% dos alunos assinalaram positivamente. Porém, 93,75% dos docentes; 83,33% dos funcionários e 95,71% dos alunos declararam nunca terem lido integralmente o documento.

Fundamentado, ainda na pesquisa, 87,50% dos professores, 83,33% da equipe administrativa e 95,71% do alunado desconhecem o processo de construção e elaboração do Regimento Escolar.

Verifica-se que o Regimento Escolar não tem a importância devida nessa escola, uma vez que, a grande maioria aponta reconhecer sua existência, mas não leram integralmente e nem sabem a maneira como foi construído. Certamente, a comunidade escolar pesquisada não teve participação na elaboração, pois o regimento data do ano 2000.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola é o plano de construção do seu presente e do seu futuro. Ele traduz o desejo de uma comunidade e as expectativas referenciadas pelo grupo.

O Regimento Escolar, elaborado em função dessa escola desejada, estruturará e organizará seu funcionamento cotidianamente. Por isso, nele deverão estar previstos os diversos aspectos para o bom funcionamento da escola em consonância com o PPP.

Em Contagem, a despeito de todo o referencial teórico e legal que enfatiza a importância e necessidade da autonomia das escolas, temos uma situação em muitos aspectos dicotômica com esses princípios.

Ainda que em algumas escolas o Projeto Político Pedagógico (PPP) seja elaborado, dentro das imposições da legislação, pela comunidade escolar e segundo seus anseios e necessidades, o mesmo não ocorre com o Regimento Escolar, que é único para todas as escolas do município.

Essa situação impõe uma reflexão sobre a possível articulação entre o Projeto Político Pedagógico (PPP) que se deseja para cada escola e o PPP possível em função do Regimento Único.

Outro aspecto a se considerar é o anacronismo desse regimento unificado e nunca revisado. Assim, esse regimento pode não traduzir as especificidades de uma comunidade - uma questão espacial e geopolítica - e, além disso, não condizer com a atualidade, com a contemporaneidade e ter se tornado arcaico - uma questão temporal.

O desconhecimento do seu conteúdo e da forma como foi elaborado apontado na pesquisa, também deve ser alvo de reflexão. Até que ponto o regimento único é percebido pela comunidade escolar como algo externo e estranho, do qual seu conhecimento não fará diferença por não traduzir seus desejos e necessidades? Até que ponto há omissão do corpo docente, direção e colegiado em divulgar o regimento? Até que ponto essa omissão é, inconscientemente, um protesto ao regimento único e arcaico e à falta de autonomia real?

Vale pensar no papel do corpo docente da Escola que deveria levar tal conhecimento aos alunos e estimular atividades em torno dos referidos documentos, para que todos assumam o respeito pelas normas neles contidas e a responsabilidade de zelar por elas. Dessa maneira, seria possível criar e fortalecer elos em toda a comunidade escolar.

A conquista de uma gestão democrática e participativa nas escolas é um projeto comum, sendo que implementá-la de fato torna-se, ainda, um grande desafio.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/legislacao/lei9394\\_96.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/legislacao/lei9394_96.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL. Lei n. 8.069 – de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/33/1990/8069.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CONAE. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2010, Brasília. *Documento base*. Brasília: CONAE, 2010. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/mec%20-%20doc%20base%201%20-%20email\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/mec%20-%20doc%20base%201%20-%20email_sl.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CONTAGEM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação e Cultura. *Regimento Escolar das Escolas Municipais de Contagem*. Contagem, 2000. 28p.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A indisciplina escolar e o ato infracional. 2007. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/a\\_ind\\_esc\\_ato\\_inf.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/a_ind_esc_ato_inf.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

GOMES, Maria Beatriz; BAIRROS, Mariângela. Regimento escolar e projeto político pedagógico: espaços para a construção de uma escola pública democrática. 2006. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo3/regimento\\_escolar.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo3/regimento_escolar.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

PETRIS, Marlene; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Regimento escolar: perspectiva democrática para a gestão disciplinar. In: *Gestão Escolar*. CARVALHO, Elma Julia Gonçalves, et al. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 81-98. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/218-2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

PICOLI, Elaine Sinhorini Arneiro. Gestão democrática e a construção coletiva do projeto político-pedagógico. In: *Gestão Escolar*. CARVALHO, Elma Julia Gonçalves, et al. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 44-59. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/218-2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

percepção de professores do ensino fundamental. *Rev. esc. enferm. USP* [online], v. 44, n. 2, p. 421-428, 2010. ISSN 0080-6234. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000200026>.

WATANABE, Tsutaka. *Papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1999.

WITTMANN, Lauro Carlos. Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 88-96, fev./jun. 2000.

WOLF, Mariângela Tantin; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Regimento escolar de escolas pública: para além do registro de normas. 2007. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_mariangela\\_tantin\\_wolf.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_mariangela_tantin_wolf.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

Projeto político pedagógico da Escola Municipal Machado de Assis



ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES OLIVEIRA

Laurita Viana de Andrade Marini

Marciano Pacheco Viana

BELO HORIZONTE-2011



ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES OLIVEIRA



Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do  
Curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais-  
UFMG. Sob orientação da professora Mirian Queiroz de Souza Daniel

BELO HORIZONTE-2011



## SUMÁRIO

1- Introdução	.....	4/5
2- Finalidade da escola	.....	5
2.1 Missão da escola	.....	6
2.2 Objetivos	.....	6

2.3 Diagnóstico	.....7
2.4 Estratégias	.....7
3- Estrutura organizacional	.....8
3.1 Organização Administrativa	.....8
3.2 Organização Pedagógica	.....9
4- Currículo	.....9/10
5- Tempos Escolares	.....11
6- Processos de decisão	.....11/12
7- Relações de Trabalho	.....12/13
8- Avaliação	.....13/16
9- Referências Bibliográficas	.....17



## 1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira, estabelecimento oficial, foi instituída pelo Decreto Municipal nº 11.585/95 para atender a demanda escolar do Bairro Jardim Santa Cruz.

O prédio de construção moderna, com quatorze salas de aula, laboratório de informática, refeitório, cozinha, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva e demais dependências, localiza-se à Av. rio Negro, nº 1213, no bairro Jardim Santa Cruz, Betim-MG, CEP 32662-010, tel.: 3597-3740.

Constituiu-se a Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira numa Unidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, integrando o Sistema Estadual de Ensino.

A rotatividade de moradores é muito grande e convivemos com transferências de alunos e novas matrículas e retorno de ex-alunos durante todo o ano letivo.

A escola funcionava em dois turnos e conta com 47 funcionários sendo assim distribuídos: 14 professores P1, que trabalham com 1º e 2º ciclos; 12 professores PII, que trabalham com 3º e 4º ciclos; 1 secretária, 2 técnicas de secretaria, 2 técnicas de biblioteca, 9 agentes de serviços escolares, 03 agentes de limpeza da firma Setsys, 4 pedagogas, 1 diretora, 1 vice diretora, 1 coordenadora do Programa Escola da Gente-Educação Integral- e monitores, oficinairos do Programa Escola Aberta (programa que acontece aos finais de semana).

O bairro possui 1 igreja católica e várias igrejas evangélicas. A comunidade toda tem participação em alguma igreja. O espaço da escola é sempre utilizado pela comunidade para eventos cristãos, festas de batizados, festas de casamentos e aniversários de 15 anos. Todos vêm na escola um espaço de lazer e diversão.



No contexto atual a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais.

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso, trazem a necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico através de ações articuladas e elaboradas na busca da qualidade da Educação.

A LDB, lei nº 9394/96, prevê no seu Art. 12, inciso I que “os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. MEC. 96).

É nessa perspectiva que a Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira deseja construir seu P.P.P propondo um processo coletivo, com a participação da comunidade escolar visando uma educação de qualidade para todos os alunos propondo um saber diferente que faz a diferença

## 2. FINALIDADES DA ESCOLA

### 2.1- Missão da Escola:

Atualmente a sociedade perpassa por momentos críticos de mudanças físicas, sociais, políticas, tecnológicas, culturais e econômicas fazendo com que as pessoas se atualizem e se estruturem para responder a tais mudanças e exigências.

A missão da Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira é formar cidadãos críticos capazes de viver e conviver, aprender com as diferenças, buscando aperfeiçoar-se cada vez mais na aquisição de novos conhecimentos para sua vida e da comunidade em que vivem respeitando a coletividade, a autonomia, a solidariedade, harmonia e consciência necessária a conservação do meio ambiente.

## 2.2 Objetivos

### Gerais:

- Conhecer características fundamentais da clientela nas dimensões social, material e cultural como meio para construir uma educação voltada para realidade de nossos alunos;
- Oferecer a toda comunidade escolar um ambiente prazeroso onde se possa aprender, ensinar e, sempre que houver necessidade, dialogar como forma de esclarecimento de dúvidas e tomadas de decisões coletivas;
- Aprender e ensinar que o respeito é necessário em qualquer ambiente e que o mesmo é algo conquistado e não imposto;
- Formar cidadãos críticos e capazes de sugerir, criticar, valorizar e reivindicar melhorias para sua vida e de sua comunidade.

### Específicos:

- Proporcionar aos alunos contato com diferentes elementos culturais
- Desenvolver atividades que levam os alunos a compreenderem e dinamizarem suas potencialidades.
- Possibilitar ao aluno exercer a sua autonomia respeitando as regras e limites.
- Privilegiar um ambiente adequado para aprendizagem oferecendo oportunidades para o aluno expandir seus conhecimentos.
- Investir numa convivência pautada no respeito aos valores sociais e a natureza.
- Desenvolver conteúdos que busquem uma conscientização mais crítica na construção e transformação dos conceitos adquiridos na sua vivência e aprendizagem.
- Propiciar momentos de planejamentos coletivos aos professores.
- Buscar melhorias físicas que garantem atendimento adequado e seguro aos alunos.

### 2.3 -Diagnóstico

Diagnosticar através de questionários a serem respondidos por todos os segmentos da escola contemplando os seguintes tópicos:

- Indisciplina
- Assiduidade e frequência
- Interesses e desinteresses
- Normas, limites e regras
- Compromisso dos alunos, professores e demais funcionários
- Participação da comunidade nos eventos da escola
- Instrumentos de avaliação de alunos e funcionários
- Formação continuada dos professores e demais funcionários
- Formação dos docentes e condições físicas da escola para atendimento aos portadores de necessidades especiais.

### 2.4-Estratégias/Ações

- Construir normas e regras coletivamente prevalecendo uma única linguagem na escola
- Identificar o nível de frequência e assiduidade através de registros
- Fazer atendimentos diferenciados através de uma intervenção mais atuante
- Colocar mais ventiladores nas salas de aula
- Planejar palestras para os pais e alunos para maior compreensão e conscientização da importância da educação na vida de cada um
- Culminar projetos com excursões, palestras e mostras culturais envolvendo alunos e pais
- Investir na conscientização do uso do uniforme visando a organização da escola e segurança do aluno

- Tomada de medidas punitivas para os alunos irresponsáveis, mediante presença e autorização da família e colegiado
- Promover e incentivar a capacitação dos professores



- Dar tratamento igualitário a todos alunos e funcionários da escola
- Promover espaço para elaboração de projetos interdisciplinares
- Promover festas e confraternizações para valorização dos funcionários
- Propor projetos envolvendo as famílias dos alunos em sala de aula
- Promover atividades que estimulem a auto-estima dos alunos.

### 3-Estrutura Organizacional da Escola

#### 3.1-Organização Administrativa

Cabe ao diretor e vice diretor da Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira exercer uma administração de competência e responsabilidade auxiliados pelo Colegiado Escolar.

A Escola possui uma organização administrativa com os serviços de secretaria, serviços gerais de conservação e limpeza, serviços de tesouraria e de supervisão pedagógica.

À secretaria compete garantir a escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno e a regularidade e autenticidade de sua vida escolar e manter atualizada toda documentação da escola. Também é de responsabilidade da secretaria efetuar e registrar matrículas, assinar junto ao diretor certificados, transferências, certidões e organizar os diários de classe, dentre outros.

Os serviços de conservação e limpeza são responsáveis pela limpeza nas salas de aula, instalações sanitárias e demais dependências da escola bem como zelar pela conservação dos

instrumentos de trabalho e economia do material, cooperar no processo de formação do aluno e cuidar com zelo da preparação da merenda.

O serviço de tesouraria compete em fazer a escrituração da receita e despesa nos termos das instruções que forem baixadas pela secretaria Municipal de Educação, através do setor da Caixa Escolar Unificada das Escolas, o balancete da prestação de contas dos recursos repassados e/ou dados efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente do Caixa Escolar.



### 3.2 Organização Pedagógica:

O serviço pedagógico será constituído pelo trabalho integrado dos pedagogos. Compete aos pedagogos coordenar o planejamento, a elaboração e implementação da Proposta pedagógica da Unidade Escolar e do processo de elaboração do plano curricular como também assessorar os professores no processo ensino-aprendizagem.

A escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira ministra o ensino fundamental em 09(nove) anos, estruturados em quatro ciclos.

Nos anos iniciais, a organização escolar do ensino Fundamental é de dois ciclos de alfabetização: ciclo inicial de alfabetização com a duração de três anos; ciclo complementar de alfabetização com a duração de dois anos.

Os anos finais do ensino fundamental estão estruturados em dois ciclos: 3º ciclo é intermediário e o 4º ciclo é final.



O Projeto escola da Gente- tempo Integral- atende os alunos no seu contra turno de acordo a necessidade e o interesse das famílias e alunos.

A organização do processo ensino aprendizagem está vinculada ao desenvolvimento, ampliação e aprofundamento dos conhecimentos e capacidades consideradas essenciais ao pleno desenvolvimento dos alunos.

#### 4-Currículos

Lopes indica alguns pressupostos para um planejamento de ensino que considere a dinamicidade do conhecimento escolar e sua articulação com realidade histórica. São eles:

Produzir conhecimentos tem o significado de processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista;

Significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (LOPES, 1992).



Nesta perspectiva, a Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira tem o objetivo de trabalhar na construção coletiva do currículo fundamentado nas opções e proposições que deseja.

Assim o educador passa a ser aquele que interage os saberes com educandos provocando o conhecimento através da reflexão crítica e não apenas como um transmissor de conhecimentos.

Os alunos não ficam relegados à passividade e sim passam a ser protagonistas da sua aprendizagem, do seu conhecimento e de sua real participação no mundo em que vive, instituindo o princípio pedagógico de acordo com seu dia a dia, sua realidade.

As práticas educativas revelam concepções, ideologias e posturas. Educar na diversidade. Nossa escola trabalha na interdisciplinaridade com aulas teóricas e práticas. Há muito trabalho com material manipulativo, filmes, projetos e enfatizando sempre o universo e as vivências dos alunos na comunidade e nas famílias.

Nossa organização é em ciclos. Os ciclos ampliam o conhecimento a seu tempo, não rotulando e nem excluindo fazendo com que o aluno não perca a motivação de estudar.

O que se deve ser considerado não é a quantidade do que se aprende, assegurando condições de realizar com sucesso a trajetória escolar.

Assim enfocamos nossos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, mediante projetos pedagógicos, temas geradores, possibilitando o diálogo entre as diferentes áreas do saber, possibilitando um envolvimento maior dos alunos e uma aprendizagem prazerosa e eficaz.



A função da escola está diretamente relacionada com a formação global dos alunos mediante suas necessidades e potencialidades.

Na nossa escola estamos organizados em ciclos de formação humana que envolve alunos do 1º ao 4º ciclo. O 1º ciclo atende alunos de 6,7,8 anos; o 2º ciclo atende alunos de 9 e 10 anos, o 3º ciclo atende alunos de 11 e 12 anos e o 4º ciclo atende alunos de 13 e 14 anos. Alunos com defasagem de idade/ciclo adota-se o sistema de correção de fluxo para atender alunos que não alfabetizaram em tempo regular.

Os alunos também participaram do Programa Escola da Gente (Tempo Integral) em contra turno, que também contempla atividades de letramento.

Assim fazemos nossos templos escolares dentro da realidade da nossa escola nos organizando em tempos em sala de aula, quadros de horários, organizações das turmas, calendário escolar, reuniões pedagógicas com atividades de planejamentos e avaliações, atividades esportivas e culturais, excursões, trabalhos de campo, reunião de pais coletivas e individuais, culminância de projetos, dentre outras.

## 6-Processos de Decisão

A Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira bem como todas as escolas da Rede Municipal de Betim, são acompanhadas e orientadas por uma equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Educação e a partir dessas orientações é que são tomadas as decisões dentro da escola.

A organização e funcionamento da Escola estão previstas no Regimento Escolar onde constam as normas, regras, atribuições de cada função bem como os deveres e direitos dos alunos e funcionários.

Este documento é que norteia todo o trabalho do dirigente dentro da escola.

A Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira bem como todas as escola de Rede Municipal de Betim contam com uma eleição direta para diretores, transcorrendo um processo de escolha e democracia. Esse processo eleitoral tem



a participação de funcionários, pais e alunos acima de 12 anos e acontece de dois em dois anos.

O colegiado Escolar é também um processo democrático, feito no 1º ou 2º mês de aula no início do ano letivo e conta com a participação de toda comunidade escolar.

Acontece também os Conselhos de classe a cada bimestre onde professores, pedagogos, diretores e secretária se reúnem para tomadas de decisões quanto a avaliação, recuperação, currículos, planejamentos e necessidades dos alunos e professores.

O processo de avaliação de desempenho dos servidores acontece a cada ano do período probatório e a mesma é feita pelos diretores e pedagogos juntamente com o servidor.

As questões administrativas da escola são definidas em reuniões administrativas com a presença de todo coletivo da escola. Em caso de alguma decisão a ser tomada referente a algum problema do dia a dia resolvemos pelo diálogo e votação acatando a maioria.

Quanto à vida escolar dos alunos os pais são convocados individualmente de acordo com as necessidades. Bimestralmente fazemos reunião geral de pais para avaliação da aprendizagem, entrega de boletins ou outros assuntos pendentes. As reuniões são presididas pela direção, pedagogas e professores.

## 7- Relações de Trabalho

As relações de trabalho na Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira são de cordialidade e coletividade. Todos os segmentos se respeitam e há um clima de amizade entre todos os funcionários.

Pautamos nossas relações de trabalho em cima do diálogo e todas as decisões são aceitas e compartilhadas pelo grupo de profissionais respeitando as diferenças os conflitos



existentes são claramente resolvidos.

Todos os professores da escola possuem curso superior e a maioria possui cursos de pós-graduação nas suas áreas.

As funções de cada servidor da escola se encontram no Regimento Escolar e estão diretamente relacionadas com o bom funcionamento da Unidade Escolar.

A biblioteca da escola conta com 2 técnicas que se predispõem a fazer um trabalho de parceria com as professoras no sentido de incentivar e melhorar a leitura dos alunos.

A equipe pedagógica cuida do acompanhamento aos professores no processo ensino-aprendizagem garantindo uma aprendizagem de qualidade para todos.

As relações interpessoais na maioria das vezes são de paz e harmonia, mas surgem de vez em quando alguns aborrecimentos, mas nada que uma boa conversa em sala de aula e alguns aconselhamento não resolva.

Os professores participam dos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação e de momentos de estudo quando há presença total de todo coletivo. Havendo faltas do coletivo, o professor em estudo sobe para cobrir seu colega.

Ultimamente essa prática tem causado alguns conflitos na escola, uma vez que todos os professores reivindicam o direito ao estudo.

Avaliamos que o relacionamento é propício e valioso.

## 8- Avaliação

Nos últimos anos o governo federal, estadual e municipal instituíram algumas avaliações sistêmicas com objetivo de avaliar o ensino de forma geral e observar criteriosamente como que as escolas estão desenvolvendo a aprendizagem de seus alunos. As Provas Brasil são algumas das avaliações feitas para que se avalie e faça as intervenções necessárias ao aperfeiçoamento do ensino.



Em nível nacional através da Prova Brasil é tirado o IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) que a cada ano tem percentual estabelecido para cada escola. Através desses índices redimensionamos nosso trabalho na escola com o objetivo de melhorar a aprendizagem e a qualidade do ensino para nossos alunos.

As avaliações envolvem os aspectos cognitivos, afetivo-emocionais e sócio culturais dando oportunidade ao aluno na construção de sua autonomia e criticidade.

A avaliação no ciclo inicial de alfabetização é diagnóstica. A partir desse diagnóstico é que se tira decisões sobre o que deve ser acrescentado ou reforçado no âmbito de melhorar a aprendizagem.

A avaliação escolar se constitui parte integrante do processo ensino-aprendizagem e deve ocorrer de forma permanente, constante e continuada do aluno e a sua permanência na Unidade Escolar.

No ciclo de Formação Humana, a partir dos resultados da avaliação contínua poderão ser organizados reagrupamentos dinâmicos para atendimento dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem:

- reagrupamento dos alunos na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente pela maioria da turma, enquanto o professor trabalha junto a um grupo.
- reagrupamento dos alunos, em determinados dias/horários previamente combinados e envolvendo várias turmas, para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, cada professor atendendo a uma necessidade.
- reagrupamento de alunos para o atendimento em tempo integral, a partir de planejamento específico da Unidade Escolar.
- estudos orientados extra-classe

Os registros relativos ao processo de aprendizagem e os meios de informação aos pais sobre o desenvolvimento dos alunos, constarão do Boletim Escolar, específico para a Rede Municipal de Ensino de Betim.

Durante todo o processo, em todos os ciclos haverá avaliações envolvendo os objetivos



previstos.

Para fins de acompanhamento das famílias os boletins contém a seguinte legenda de conceitos:

A- Desenvolveu com eficiência as competências e habilidades previstas. \*(80 a 100%)

B- Desenvolveu as competências e habilidades previstas \*(60 a 79%)

C- Desenvolveu parcialmente as competências e habilidades previstas \*(30 a 59%)

D- Não desenvolveu as competências e habilidades previstas \*(0 a 29%)

NA- Não avaliado

Recuperação:

A reorientação da aprendizagem visa proporcionar ao aluno novas oportunidades para superar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar.

A Unidade Escolar deverá oferecer, obrigatoriamente, estudos de recuperação paralela, sem dispensa de aluno, durante todo o período letivo, no momento em que se manifesta a dificuldade de aprendizagem, em face dos objetivos previstos, adotando-se novas técnicas de estudo e reaplicando instrumentos de avaliação.

Aos alunos do ensino fundamental, deverão ser oferecidos ainda, os estudos autônomos ao final do período letivo, não estando, contudo, incluídos nos 200 dias letivos.

#### Promoção e Progressão Parcial

A progressão continuada, resultante do ciclo de formação humana, tem como objetivo precípuo o desenvolvimento global do educando, preservando o seu grau de maturidade, a sua cultura, o seu contexto e os seus valores, para que possa exercer, com dignidade, a sua cidadania.

A progressão continuidade, no ensino fundamental, deve ser ter como meta sucesso escolar a erradicação da retenção, com base na ruptura convencional da relação espaço/tempo/ritmo na Unidade Escolar.



Para a aprovação, é exigida a frequência mínima de 75% do total da carga horária anual e desempenho satisfatório, alcançando competências e habilidades propostas para o ciclo.

No caso de frequência inferior a 75% ao final do período letivo, a Unidade Escolar poderá usar o recurso da reclassificação, para posicioná-lo na série, etapa, ciclo ou período letivo seguinte.



Em educação física e arte, para efeitos de promoção, será observada apenas a frequência global, juntamente com as demais disciplinas.



#### 9- Referências Bibliográficas

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-LDB, 1996

ALMEIDA, Rosilene Souza. Projeto Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos: identidade do trabalho nas escolas ou instrumento burocrático? In: estudos em EJA-Projeto Político-pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, 2002, P. 135 a 151

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar. 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na escola.

SOUZA, Ângelo Ricardo de, [et al] Níveis de Planejamento Educacional. In: Planejamento e trabalho Coletivo. UFPR, 2005, p 27-42. 50p.

SOUZA, Sandra M. Zákia L., “Avaliação Institucional: elementos para discussão”. Palestra realizada pela autora no seminário “ O ensino municipal e a educação brasileira”. São Paulo, 1999, In Escola de Gestores da Educação Básica.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Documento Final do Conselho Municipal de Educação*  
- *CONAE*, 2010 Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/05/2010

NAVARRO, Ignez Pinto, et al. "Avaliação: o processo e o produto". Brasília: MEC/SEB, 2004, p  
38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, parte VII e  
VIII) In: Escola de Gestores da Educação Básica.

Regimento das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Betim.